PROCEDIMENTO POR CONSULTA PRÉVIA Nº 70/21, *nos termos da alínea c) do nº 1 do art.º 20º do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, para adjudicação da* **"AQUISIÇÃO E MONTAGEM DO EQUIPAMENTO PARA ILUMINAÇÃO DECORATIVA DO PELOURINHO DE OLIVEIRINHA"**

ANEXO I

CADERNO DE ENCARGOS

Índice

Cláusula 1.ª - Objeto 2
Cláusula 2.ª - Contrato 2
Cláusula 3.ª - Prazo de vigência do contrato 3
Cláusula 4.ª - Obrigações do fornecedor 3
Cláusula 5.ª - Conformidade e operacionalidade dos bens 3
Cláusula 6.ª - Entrega dos bens objeto do contrato 3
Cláusula 7.ª - Inspeções e testes 4
Cláusula 8.ª - Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias 4
Cláusula 9.ª - Aceitação dos bens 4
Cláusula 10.ª - Garantia técnica 5
Cláusula 11.ª - Garantia de continuidade de fabrico 5
Cláusula 12.ª – Patentes, licenças e marcas registadas 5
Cláusula 13.ª - Dever de sigilo 6
Cláusula 14.ª - Preço base e preço contratual 6
Cláusula 15.ª - Condições de pagamento 6
Cláusula 16.ª - Penalidades contratuais 7
Cláusula 17.ª - Força maior 7
Cláusula 18ª - Resolução por parte do contraente público 8
Cláusula 19.ª - Resolução por parte do fornecedor 8
Cláusula 20.ª - Seguros 9
Cláusula 21.ª - Caução 9
Cláusula 22.ª - Foro competente 9
Cláusula 23.ª - Subcontratação e cessão da posição contratual 9
Cláusula 24.ª - Comunicações e notificações 9
Cláusula 25.ª - Contagem dos prazos 10
Cláusula 26.ª - Fiscalização 10
Cláusula 27.ª - Legislação aplicável 10

PROCEDIMENTO POR CONSULTA PRÉVIA Nº 70/21, *nos termos da alínea c) do nº 1 do art.º 20º do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, para adjudicação da* **"AQUISIÇÃO E MONTAGEM DO EQUIPAMENTO PARA ILUMINAÇÃO DECORATIVA DO PELOURINHO DE OLIVEIRINHA"**

Cláusula 1.ª - Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal o fornecimento e montagem de equipamento para iluminação decorativa, cujo **preço base é de €5.927,00**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2. O presente caderno de encargos inclui todos os seus anexos, considerados parte integrante do mesmo.

3. Atento o disposto nos números anteriores, o adjudicatário obriga-se ao fornecimento e respetiva instalação dos bens de acordo com os termos previstos no presente, em especial nas Especificações Técnicas anexas ao presente, e na proposta adjudicada.

Cláusula 2.ª - Contrato

1. O contrato, é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos, conforme estipulado no art.º 94º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017, de 31 de agosto, com as retificações promovidas pelas Declarações de Retificação nº 36-A/2017, de 30 de outubro e nº 42/2017, de 30 de novembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 30/2021 de 21 de maio, e doravante designado por CCP.

2. O contrato a celebrar integra os seguintes elementos:

a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;

b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;

c) O presente Caderno de Encargos;

d) A proposta adjudicada;

e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3. Em caso de dúvida ou divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4. Em caso de dúvida ou divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

5. A entidade adjudicante designará um Gestor do Contrato, para promover o devido acompanhamento permanente da execução do contrato, nos termos do previsto no artigo 290.º-A em conjugação com o disposto no artigo 96.º, n.º 1, alínea i), ambos do CCP.

6. Além dos documentos indicados no nº 2, o adjudicatário obriga-se também a respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes.

7. São nulos os contratos a que falte algum dos elementos essenciais referidos nas alíneas a) a i) do n.º 1 do art.º 96.º do CCP, salvo se os mesmos constarem dos documentos identificados no seu n.º 2.

Cláusula 3.ª - Prazo de vigência do contrato

O prazo de vigência do presente contrato inicia a sua produção de efeitos no dia útil seguinte ao da sua outorga e extingue-se decorrido o prazo de execução constante da proposta adjudicada, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato

Cláusula 4.ª - Obrigações do fornecedor

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços, em conformidade com a absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência, as seguintes obrigações:

a) Fornecimento e montagem do equipamento, conforme as especificações técnicas definidas no anexo ao presente caderno de encargos;

b) Garantir a qualidade de bens fornecidos e respetiva montagem durante o prazo de garantia fixado;

c) Submeter a instalação a inspeção por EIIEL, bem como suportar todos os encargos daí advindos;

d) Entregar a declaração de inspeção à entidade adjudicante;

e) Entregar as infraestruturas de ligação à rede à E-Redes.

2. Decorrem ainda da celebração do contrato as seguintes obrigações acessórias:

a) Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que digam respeito à Câmara Municipal de Aveiro.

Cláusula 5.ª - Conformidade e operacionalidade dos bens

1. O fornecedor obriga-se a entregar à Câmara Municipal de Aveiro os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no anexo ao presente Caderno de Encargos.

2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para o fim a que se destinam.

3. O fornecedor é responsável perante a Câmara Municipal de Aveiro por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

Cláusula 6.ª - Entrega dos bens objeto do contrato

1. Os bens objeto do presente procedimento deverão ser entregues e instalados no local estipulado na Planta de Localização anexa, no prazo contante da proposta adjudicada.

2. Todas as despesas, encargos e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do fornecedor.

Cláusula 7.ª - Inspeções e testes

1. Efetuada a entrega dos bens objeto do contrato, a Câmara Municipal de Aveiro, por si ou através de terceiro por ela designado, procede, no prazo de 15 dias, à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos correspondem às quantidades estabelecidas no presente caderno de encargos e se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos no presente caderno de encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

2. A inspeção qualitativa a que se refere o número anterior incide sobre os bens rececionados.

3. Durante a fase de realização de testes, o fornecedor deve prestar ao Gestor do Contrato toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização daqueles, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.

4. Os encargos com a realização dos testes, devidamente comprovados, são da responsabilidade do fornecedor.

Cláusula 8.ª - Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias

1. No caso de os testes previstos na cláusula anterior não comprovarem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos, o Gestor do Contrato deve disso informar, por escrito, o fornecedor.

2. No caso previsto no número anterior, o fornecedor deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo Gestor do Contrato, às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

3. Após a realização das reparações ou substituições necessárias pelo fornecedor, no prazo respetivo, o Gestor do Contrato procede à realização de novos testes de aceitação, nos termos da cláusula anterior.

Cláusula 9.ª - Aceitação dos bens

1. Caso os testes a que se refere a Cláusula 7.ª comprovem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos

definidos no presente caderno de encargos, deve ser rececionado o material e dado como conferido pelo Gestor do Contrato.

2. Com a conferência do material, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos bens objeto do contrato para a Câmara Municipal de Aveiro, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.

3. A emissão da fatura não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias dos equipamentos objeto do contrato com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente caderno de encargos.

Cláusula 10.ª - Garantia técnica

3. Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o fornecedor garante os bens objeto do contrato, pelo prazo de dois anos a contar da data da receção da fatura correspondente, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.

4. No prazo máximo de quinze dias a contar da data em que o Gestor do Contrato tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, esta deve notificar o fornecedor, para efeitos da respetiva substituição.

5. A substituição prevista na presente cláusula deve ser realizada dentro de um prazo razoável fixado pelo Gestor do Contrato e sem grave inconveniente para este último, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina.

Cláusula 11.ª - Garantia de continuidade de fabrico

O fornecedor deve assegurar a continuidade do fabrico dos bens objeto do contrato pelo prazo estimado de vida útil dos bens.

Cláusula 12.ª – Patentes, licenças e marcas registadas

1. São da responsabilidade do prestador de serviços quaisquer encargos decorrentes da utilização, no decurso da execução do contrato, de patentes, marcas ou licenças registadas.

2. Caso a Câmara Municipal de Aveiro venha a ser demandada por ter infringido, no decurso da execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o prestador de serviços terá de a indemnizar de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Cláusula 13.ª - Dever de sigilo

3. O prestador de serviços e seus trabalhadores e colaboradores devem guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Câmara Municipal de Aveiro, a que tenham acesso ou conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato, não podendo transmiti-las a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

4. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 14.ª - Preço base e preço contratual

1. O preço máximo (preço base) que a Câmara Municipal de Aveiro se dispõe a pagar para o fornecimento definido neste caderno de encargos é de **€5.927,00** (cinco mil, novecentos e vinte e sete euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Câmara Municipal de Aveiro deve pagar ao adjudicatário o preço contratual constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas inerentes ao fornecimento.

Cláusula 15.ª - Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela Câmara Municipal de Aveiro, nos termos da cláusula anterior, serão pagas no prazo de 30 dias, após a receção da respetiva fatura, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação a que se refere.

2. Em caso de discordância por parte da Câmara Municipal de Aveiro, quanto aos valores indicados na fatura, deve esta comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

3. Desde que devidamente emitida, a fatura será liquidada através da emissão de cheque ou transferência bancária.

4. Em caso de atraso no pagamento das faturas, o cocontratante só pode invocar a exceção do não cumprimento de qualquer das obrigações que lhe incumbem por força do contrato nos termos do art.º 327º do CCP.

Cláusula 16.ª - Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Câmara Municipal de Aveiro pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a) Pelo incumprimento dos prazos de entrega e das obrigações constantes da cláusula 4ª do presente caderno de encargos, calculada de acordo com a seguinte fórmula: P x V x N, em que P = Percentagem da pena (1%); V = Valor contratual; N = Número de dias em atraso.

8. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, a Câmara Municipal de Aveiro pode exigir-lhe uma pena pecuniária até ao valor correspondente ao período de tempo que decorreria até ao *terminus* do contrato.

9. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo da alínea *a)* do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.

10. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Câmara Municipal de Aveiro tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.

11. A Câmara Municipal de Aveiro pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

12. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Câmara Municipal de Aveiro exija uma indemnização por dano.

Cláusula 17.ª - Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fossem razoavelmente exigíveis contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário, ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou outra, resultantes do incumprimento pelo adjudicatário, dos deveres ou ónus que sobre ele recaiam e que se revelem impeditivas do exato cumprimento do contrato;

d) Manifestações populares devidas pelo incumprimento por parte do adjudicatário, de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário, cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua, ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário, não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas, pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 18ª - Resolução por parte do contraente público

1. A Câmara Municipal de Aveiro pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, nomeadamente, nos termos previstos no art.º 333.º e 448.º do CCP.

2. O incumprimento, por parte do fornecedor, confere, nos termos gerais de direito, à Câmara Municipal de Aveiro, além da faculdade de rescindir o contrato, o direito às correspondentes indemnizações legais.

3. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Câmara Municipal de Aveiro.

Cláusula 19.ª - Resolução por parte do fornecedor

1. O fornecedor pode resolver o contrato, no caso de a Câmara Municipal de Aveiro violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, nos termos previstos no art.º 332º do CCP;

2. O direito de resolução é exercido por via judicial;

3. Nos casos previstos na alínea c) do n.º 1 do artº 332º do CCP, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Câmara Municipal de Aveiro, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a sua receção, salvo se esta última cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

Cláusula 20.ª - Seguros

1. É da responsabilidade do fornecedor a cobertura, através de seguro, de todos os riscos inerentes ao presente fornecimento, designadamente a cobertura do risco inerentes ao fornecimento, transporte, carga e descarga dos bens objeto do contrato.
2. A Câmara Municipal de Aveiro pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o fornecedor fornecê-la no prazo de 48 horas.

Cláusula 21.ª - Caução

1. Nos termos do disposto na alínea a) do nº 2 do art.º 88º do CCP, não é exigida a prestação de caução.
2. Pode a Câmara Municipal de Aveiro, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar.

Cláusula 22.ª - Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, renunciando o adjudicatário, ao foro de qualquer outra Comarca.

Cláusula 23.ª - Subcontratação e cessão da posição contratual

É admitida a subcontratação e a cessão da posição contratual, nos termos do disposto no CCP.

Cláusula 24.ª - Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.
3. As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato.

Cláusula 25.ª - Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 26.ª - Fiscalização

Não obstante todos os direitos e deveres decorrentes do presente Caderno de Encargos, a Câmara Municipal de Aveiro reveste-se dos poderes conferidos pelo art.º 302.º do CCP.

Cláusula 27.ª - Legislação aplicável

Ao presente procedimento e em tudo o omisso e ou que não esteja especialmente previsto neste caderno de encargos, incluindo os seus anexos, aplicar-se-á o disposto no CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017, de 31 de agosto, retificado pelas Declarações de Retificação nº 36-A/2017, de 30 de outubro, e nº 42/2017, de 30 de novembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Constituem encargos do adjudicatário o fornecimento de todos os materiais, bem como a mão de obra e a utilização de equipamento necessários, todos os trabalhos de construção civil necessários à boa execução dos trabalhos descritos nas peças que constituem o plano de trabalhos da iluminação decorativa do Pelourinho de Oliveirinha e as especificações técnicas constantes deste Caderno de Encargos.

REDE SUBTERRÂNEA-VALAS

Nas canalizações subterrâneas, ter em conta as regras aplicáveis a este tipo de canalização, nomeadamente:

a) A profundidade mínima de enterramento será de 0,70 metros, exceto: nas travessias de estradas, ruas ou caminhos, em que não será inferior a 1 metro; ou nos casos especiais, quando a dificuldade de execução o justifique, com o devido acordo prévio da E-Redes, em que poderá ser reduzida.

b) As travessias deverão ser realizadas, tanto quanto possível, perpendicularmente ao eixo das vias e a secção reta interior dos tubos não deverá ser inferior a 3 vezes a soma das secções retas dos cabos;

c) Sempre que o traçado o justifique, deverão ser previstas câmaras de visita convenientemente localizadas e distanciadas, por forma a garantir o fácil enfiamento e desenfiamento dos cabos. O enfiamento dos cabos apenas deverá ser feito depois de concluídos os trabalhos de construção civil relativos ao estabelecimento das câmaras de visita, que deverão ficar localizadas, tanto quanto possível, nas mudanças bruscas de direção. As regras para a execução das caixas de visita estão definidas na Norma para a Execução de Infraestruturas Elétricas.

ELECTRIFICAÇÃO DOS ARMÁRIOS, QUADROS ELÉTRICOS E ALIMENTADORES

A rede subterrânea, eletrificação dos armários, quadros elétricos e alimentadores dos projetores será constituída por cabos do tipo LSVAV, H07RN e H1V-U conforme peças desenhadas e peças escritas do plano de trabalhos e de acordo com as condições regulamentares em vigor estipulada nas Regras Técnicas das Instalações em Baixa Tensão e Regulamento de Segurança de Redes de Distribuição de Energia Elétrica.

ELÉCTRODO DE TERRA

Os elétrodos de terra, serão constituídos por varetas de aço cobreado com diâmetro exterior de 15mm e comprimento de 2m, sendo enterrados de forma a que a sua extremidade superior não fique a menos de 0,80m da superfície do solo.

A ligação dos condutores de terra aos elétrodos de terra deverá ser feita com ligadores que garantam a continuidade e a permanência da ligação.

DIVERSOS

A execução dos trabalhos deve obedecer às regras da boa prática em instalações elétricas, sendo da responsabilidade do instalador a comunicação de qualquer incongruência que se verifique incompatível entre a boa execução e o estipulado em projeto.

Os materiais equivalentes que eventualmente venham a ser instalados, nunca deverão ter um padrão de qualidade inferior ao estipulado em projeto / estudo, no que diz respeito, entre outros fatores, ao seu tempo de vida útil, eficiência energética e robustez física.

Compete ao adjudicatário a submeter a instalação a uma inspeção por uma EIIEL, bem como todos os custos inerentes ao processo de inspeção. Entrega da declaração de inspeção à entidade adjudicante.

Compete ao adjudicatário a entrega das infraestruturas de ligação à rede à E-Redes

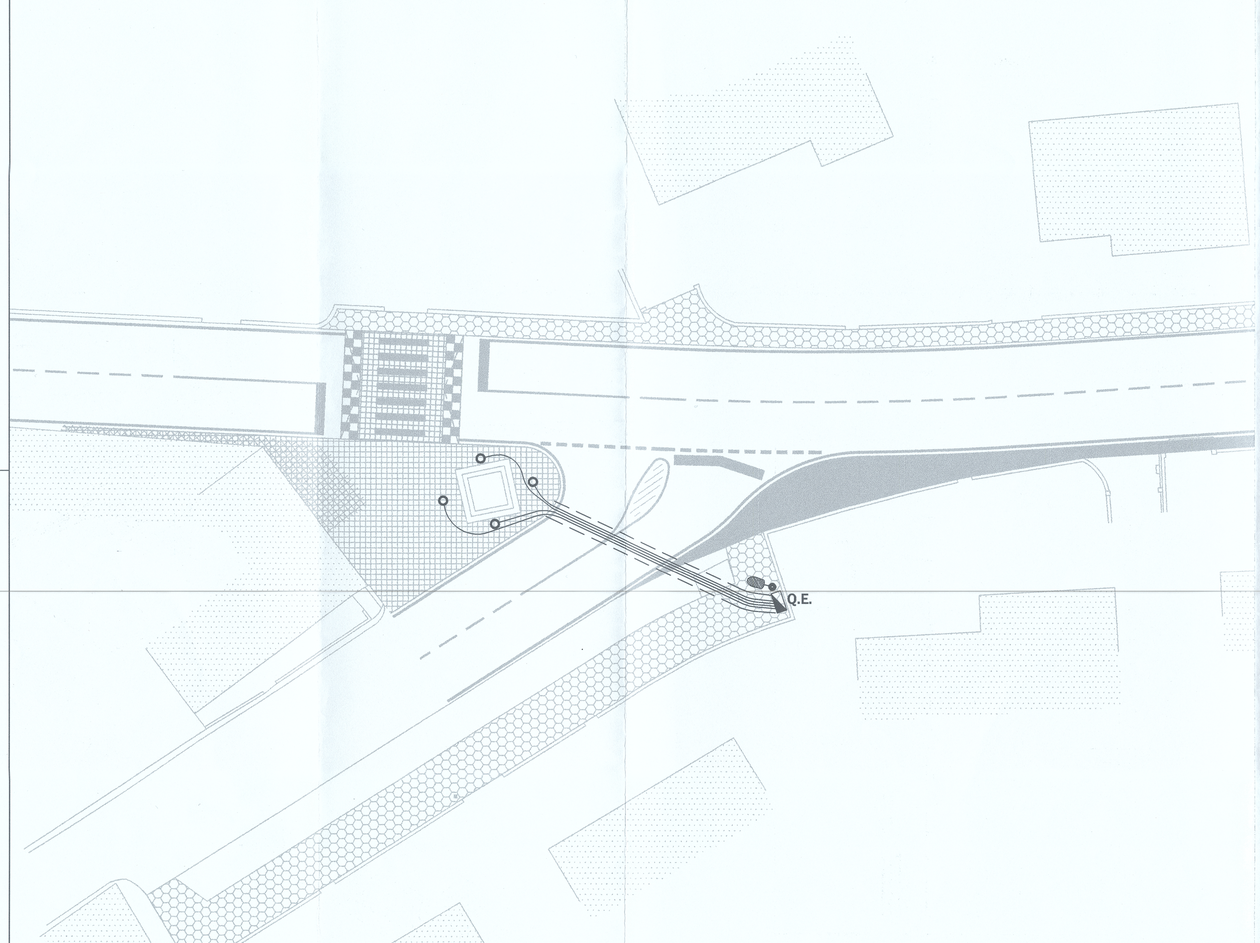
O Técnico,

Paulo Carlos Campos

ORÇAMENTO

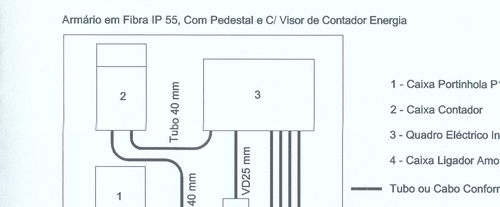
Ordem	Designação dos Trabalhos	U	Q	Preço unitário	Preço Total
	CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO ***Iluminação Decorativa do Pelourinho de Oliveirinha*** **AVEIRO** **"INFRAESTRUTURAS ELÉTRICAS"**				
1	**Infra-estruturas Eléctricas - Tubos, Quadros e Terra**				
1.1	Fornecimento e montagem de conjunto Q.1. : caixa de contador (Classe II), caixa de portinhola P100 (Classe II) e caixa de ligador amovivel com toda a tubagem necessária, incluindo Armário em Fibra om Pedestal, com tampa interior, com visor de contador de energia, IP 55, conforme peças desenhadas.	UN	1		
1.2	Fornecimento e montagem de Quadro Eléctrico Interior IP 40, IK 09, completamente equipado, conforme esquema das peças desenhadas.	UN	1		
1.3	Fornecimento e montagem de terra de protecção, incluindo os electrodos terra necessários e todos os acessórios e canalizações respetivos, para obter valores inferiores a 25 Ohm, conforme peças desenhadas.	UN	1		
1.4	Fornecimento e montagem em vala aberta de tubo 40 mm, PEAD, incluindo todos os trabalhos e acessórios necessários.	M	25		
1.5	Fornecimento e montagem em vala aberta de tubo 63 mm, PEAD, incluindo todos os trabalhos e acessórios necessários.	M	5		
1.6	Fornecimento e montagem de Cabo do Tipo FBBN 3G2,5 mm2, (HO7RN) incluindo todos os trabalhos e acessórios necessários.	M	125		
1.7	Fornecimento montagem de caixa de visita 50x50cm, com tampa ferro fundido B125 junto ao Pelourinho, de forma a permitir a distribuição de cablagem para cada um dos projetores	Un	1		
2	**Projectores de Pavimento**				
2.1	Fornecimento e montagem de projectores Modelo Zoe, Indelague, ou equivalente, 26 W LED, Assimétrico, 4000 K, incluindo todos os trabalhos e acessários necessários.	UN	4		
3	**Valas**				
3.1	Abertura e fecho de vala, incluindo sinalização, inertes e com reposição de pavimento igual ao existente, conforme vala tipo regulamentar.	M	12		
4	**Certificação da Instalação Elétrica do tipo C**				
4.1	Pedido de inpecção da instalação elétrica a uma EIIEL, incluindo todos os custos e taxas em vigor e entrega da declaração de inspeção ao dono de obra.	UN	1		
5	**Ligação à Rede de Energia Elétrica (Uso Exclusivo)**				
5.1	Fornecimento e instalação de cabo LSVAV 4x16mm² desde o poste de betão até ao novo ponto de entrega a construir, junto a este mesmo poste.	m	15		
5.2	Execução de terminação e ligação de cabos LSVAV 2x16mm², em poste e na portinhola, incluindo os acessórios necessários à sua boa execução	un	2		
5.3	Desmontagem e retirada de cabo aéreo da baixada existente do Pelourinho	m	25		
	Nota: O PLR à E-Redes será desencadeado pelo Municipio de Aveiro e assumirá os encargos a pagar à E-Redes				
				TOTAL:	**- €**

Aveiro, Junho 2021



Pormenor de Q.E.

Armário em Fibra IP 55, Com Pedestal e C/ Visor de Contador Energia

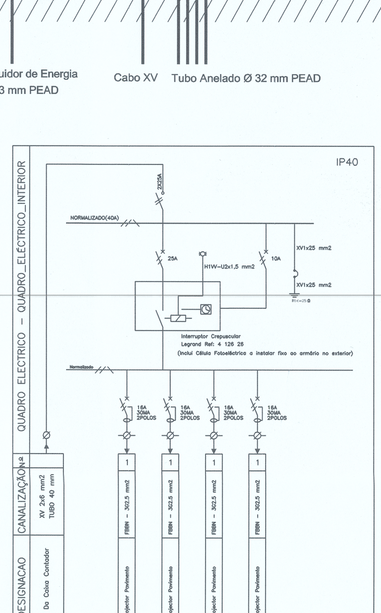


1 - Caixa Portinhola P100
2 - Caixa Contador
3 - Quadro Eléctrico Interior
4 - Caixa Ligador Amovível
Tubo ou Cabo Conforme Desenhos

Entrada do Distribuidor de Energia
Tubo Anelado Ø 63 mm PEAD

Cabo XV

Tubo Anelado Ø 32 mm PEAD



Designação	Descrição das luminárias
	Conjunto Poste Betão e Luminária Existente
Q.E.	Quadro Elétrico Em Armário Fibra IP 55, com Visor Para Contador
	Cabo FBBN 3G2,5 mm2 em Tubo Anelado PEAD Ø 32 mm
	Projector LED 26 W, 4000 K, de Pavimento
	Travessia Existente

Revisão	Descrição	Data	Rubrica

Promotor do Projecto: C. M. A.		Ref. do Autor:	Dep./Div. DUAO/DAEO
Proj. PCampos	Des. PCampos	Verif.	Aprov.

Designação:

Reabilitação da Rua da Maritona / Rua Conselheiro Arnaldo Vidal
Oliveirinha - Aveiro

Código 0 0 0 0 0 0 0 0 P E E L E 0 1 R 0

Descrição:

Iluminação Decorativa Proposta

Escala: 1/200

Data: Dez 2019

Nome do ficheiro: 0027-17-30-PE-ELE.dwg

Tipo / Versão:

ESTE DESENHO É PROPRIEDADE DOS SEUS AUTORES E NÃO PODE SER REPRODUZIDO SEM AUTORIZAÇÃO EXPRESSA - RESERVADOS TODOS OS DIREITOS PELA LEGISLAÇÃO EM VIGOR - DECRETO LEI 63/85 DE 14 DE MARÇO

www.cm-aveiro.pt e-mail: geral@cm-aveiro.pt